

## Por que não pode existir uma acção irracional\*

Carlos E. E. Mauro<sup>1</sup>  
Susana Cadilha<sup>2</sup>

**Resumo:** O âmbito geral deste artigo é o problema da explicação da acção. Nesse contexto, a nossa proposta é a de que não é possível atribuir irracionalidade a nenhuma acção de nenhum agente real. Os argumentos centrais são: 1º) argumento de carácter prático-descriptivo – a acção tem uma razão/causa específica formada por uma crença e um desejo apenas – isto significa que existem apenas *uma crença na acção* e *um desejo na acção*; 2º) um desejo ou uma crença só poderão ser considerados determinantes se não estiverem ociosos; 3º) a intenção prévia não se confunde com a intenção na acção – estão dissociadas; 4º) não é possível definir *a priori* a racionalidade de uma acção.

**Abstract:** The general scope of this paper is the problem of the explanation of action. In this context, we defend that is impossible to attribute irrationality to any action of any real agent. The steps are: first, a descriptive argument – there is only one determinant belief and one determinant desire to the agent in the moment of action; *action* differs from *deliberation*; second, any belief or desire can only be considered determinant to the agent if they are not idle; third, we dissociate *prior intention* and *intention in action*; fourth, the rationality of an action cannot be a priori determined.

---

\* Agradecemos os comentários dos amigos do MLAG: Sofia Miguens, Tomás Carneiro, José P. Maçorano, Miguel Ámen; de Juan Vázquez Sanchez da Universidade de Santiago de Compostela; e de André Barata da Universidade da Beira Interior. É importante ressaltar que uma versão anterior e diferente foi lida no colóquio Estatuto do Singular (RICI – Universidade Nova de Lisboa) em Maio de 2006 e será publicada nas actas do referido colóquio em meados de 2007.

<sup>1</sup> Membro e investigador do *Mind Language and Action Group* – MLAG – do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto. Bolseiro de doutoramento da FCT.

<sup>2</sup> Membro e investigadora do *Mind Language and Action Group* – MLAG – do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto. Bolseira de doutoramento da FCT.

## I

A teoria da acção debate-se, classicamente, com dois tipos de problemas. O primeiro de entre eles é de carácter metafísico e prende-se com a natureza da acção. Consideremos alguns eventos que ocorrem no mundo – o que distingue uma acção de um mero movimento físico ou de algo que simplesmente nos acontece? O segundo problema diz respeito à explicação da acção. É neste ponto que a nossa análise incidirá.

A tese aqui proposta é a de que não é possível imputar irracionalidade a qualquer acção de qualquer agente real. Os argumentos centrais são: 1º) argumento de carácter prático-descritivo – a acção tem uma razão/causa específica formada por uma crença e um desejo apenas – isto significa que existem apenas *uma crença na acção* e *um desejo na acção*; 2º) um desejo ou uma crença só poderão ser considerados determinantes se não estiverem ociosos<sup>3</sup>; 3º) a intenção prévia não se confunde com a intenção na acção – estão dissociadas; 4º) não é possível definir *a priori* a racionalidade de uma acção.

## II

Tendo em vista o nosso problema – a questão da explicação da acção – assumimos a pertinência do chamado modelo crença-desejo, e é desse mesmo pressuposto que partimos em direcção aos nossos argumentos.

O modelo crença-desejo sustenta que qualquer acção de qualquer agente real é necessariamente produzida por crenças e desejos, (isto é, por um desejo com o qual estaria relacionada uma crença<sup>4</sup>). Para explicar uma acção de acordo com o modelo crença-desejo, atribuem-se, portanto, certos estados mentais ao agente, tais como crenças e desejos específicos. São eles que constituem a razão pela qual o agente levou a cabo uma determinada acção. Dizer que alguém faz alguma

<sup>3</sup> Isto parece óbvio; no entanto, uma grande confusão conceptual pode ocorrer quando não distinguimos o processo de deliberação/decisão da acção propriamente dita – mais à frente, na secção III, trataremos desta distinção. O conceito “desejo ocioso” aparece aqui no sentido de Anscombe § 36 – “a característica principal de um desejo ocioso consiste no facto de o homem não fazer nada, possa ou não, para o cumprimento do seu desejo”. G. E. Anscombe, *Intention*. 2<sup>nd</sup>. Edition. Cambridge, Harvard Press, 2000.

<sup>4</sup> Há discussão quanto ao peso que é devido a cada um destes elementos na questão da explicação da acção – se o desejo deve ou não ser considerado o factor decisivo (cf. Pedro Madeira, “A objecção de Nagel ao modelo crença-desejo (e o realismo moral)”, in *Intelectu* nº9 – [www.intelectu.com](http://www.intelectu.com))

coisa por alguma razão é dizer que estão aí implícitos algum tipo de desejo e algum tipo de crença do indivíduo – quaisquer que tenham sido as causas da formação de tais desejos e crenças. A esse par crença-desejo Davidson denomina de “razão primária”<sup>5</sup>. Trata-se, então, de uma teoria psicologista da acção.<sup>6</sup>

Desse modelo costuma também fazer parte a premissa segundo a qual o par crença-desejo que explica a acção constitui a causa dessa acção. Aqui se encerra o aceso debate entre wittgensteinianos e seus oponentes – em jogo está a questão de discernir se razões podem ou não ser causas<sup>7</sup>. Ainda que possamos concordar com essa premissa, ela não vai estar aqui em discussão. Assumiremos então, seguindo Davidson, que: a) uma acção é um evento intencional porque tem uma descrição intencional (o que distingue uma acção é o facto de poder ser descrita recorrendo a crenças e desejos); b) uma acção é explicada por uma crença e por um desejo; c) razões são causas.

### III

Tendo como base este modelo explicativo, a tese que pretendemos defender é a de que (a) não é possível definir como irracional qualquer acção de qualquer agente real. Como consequência, parece que teríamos também que defender que (b) não é possível definir como racional qualquer acção de qualquer agente real. Facto que nos levaria a algum tipo de (c) relativismo acerca da racionalidade. Tentaremos demonstrar que (a) é verdadeiro, que (b) é falso e que (c) não faz sentido.

De acordo com a definição usual, uma acção irracional – caso da *akrasia*, por exemplo – seria aquela que manifestasse inconsistência relativamente a certas crenças ou desejos do agente (uma inconsistência interna relativamente às crenças/desejos do agente – *inner inconsistency* – e não uma inconsistência que se estabelece a partir de fora, relativamente a padrões externos).

Mais concretamente, seria um caso em que o agente age contrariamente às razões que ele próprio julga serem as mais relevantes no que toca à acção em questão. Ele opta por um determinado curso de

<sup>5</sup> Davidson é, pois, um dos mais conhecidos defensores do modelo crença-desejo na teoria da acção.

<sup>6</sup> Por oposição às teorias não-psicologistas, que sustêm que não são as nossas crenças e desejos que impulsionam as nossas acções.

<sup>7</sup> O que remete para a questão da causação mental.

acção, por lhe parecer o mais razoável, mas acaba por agir num sentido diferente, que até pode ser o oposto.

Num tal caso, estaria a ser violado o chamado princípio de continência, segundo o qual o agente deve agir de acordo com o seu melhor juízo, depois de considerados e avaliados todos os aspectos em jogo<sup>8</sup>. Há irracionalidade porque a razão que o leva a agir em sentido oposto suplanta o próprio princípio de continência – essa razão não é uma razão contra o princípio em si (não o põe em causa), mas é usada como tal; há irracionalidade porque o agente não atribui às considerações relevantes que estão em jogo o peso que elas de facto teriam (ou esse peso não é suficiente para o incitar a agir).

Com o intuito de tentar mostrar como uma tal acusação de irracionalidade é inadequada, consideramos ser necessário tornar claros todos os passos que conduzem o agente até ao momento da acção propriamente dito. Explicar uma acção é uma tarefa que implica a explicitação de todo um processo que envolve, pensamos nós, diferentes momentos que devem ser cuidadosamente distinguidos.

De que modo surge uma acção? No movimento contínuo que conduz até à acção, sustentamos ser fundamental a distinção entre o processo de deliberação (seja essa deliberação declarada ou não – isto é, quer o agente declare verbal e explicitamente qual será a sua acção, quer seja uma tomada de decisão “interior”, “silenciosa”, não formulada) e o momento em que a acção é realizada – ou seja, a acção propriamente dita. Se no *processo de deliberação* que conduz à decisão estão em jogo muitas crenças e desejos, até mesmo desejos e crenças contraditórios, no momento em que a *acção* é despoletada, pelo seu lado, apenas um par particular composto por uma determinada crença e um determinado desejo são relevantes, pelo que a acção não pode ser considerada irracional. Isto porque esse tal par forma-se sempre no próprio agente. É importante ressaltar que a acção ocorre porque há um agente e porque há uma intenção específica, seja ela consciente ou não. O agente é um elemento cuja coerência poderia ser avaliada, provavelmente, num nível muito complexo, onde as crenças e os desejos fariam sentido quando introduzíssemos num modelo explicativo variáveis como: propensões inatas, possíveis conteúdos inatos, cultura, sociedade, história de vida, entre outras.<sup>9</sup>

Concretizando, por meio de um exemplo banal – um atleta julga

---

<sup>8</sup> Cf. Donald Davidson, “Paradoxes of Irrationality”, in *Problems of Rationality*, Oxford, Oxford University Press, 2004.

que, dadas as suas circunstâncias, o melhor que tem a fazer no feriado que se avizinha é treinar para a próxima prova. Contudo, acaba por passar o dia com os amigos a passear. Agiu, portanto, contrariamente ao seu melhor juízo, e a sua acção, por definição, é tida como irracional, ou acrática. Isto porque parece existir uma incoerência entre a acção realizada e as crenças ou desejos do agente (nomeadamente a crença de que tem melhores razões para treinar do que para sair com os amigos, e a própria crença de que deve seguir aquela que lhe parece a melhor alternativa de acção possível, conjuntamente com o desejo de ganhar a prova). O que sustentamos é que não é possível dizer que existe tal incoerência, porque no exacto momento em que ele age, só uma crença e desejo são determinantes – o desejo de se divertir<sup>10</sup> e a crença de que tal será possível escolhendo esse curso de acção. Não há qualquer contradição no próprio momento da acção, senão ele não agiria de todo. Nesse preciso momento, foram esse desejo e essa crença específicos que se sobrepuseram aos outros e despoletaram a acção – o agente não pode ser acusado de irracionalidade, nem tão pouco de “fraqueza de vontade”, só porque esse par crença-desejo não coincide com o que anteriormente havia julgado ser o mais razoável. É garantidamente possível (e natural) que, no decorrer do processo de deliberação, diferentes desejos e crenças, mesmo que contraditórios entre si, estivessem presentes à consideração do agente; no entanto, se aquela determinada acção teve lugar, foi porque apenas um par crença-desejo específico se revelou importante para ele no exacto momento em que agiu.

Não acreditamos, portanto, que seja adequado declarar que uma tal acção é inconsistente, dadas as suas crenças e desejos.

Alguém poderia contra-argumentar sustentando que para que uma acção se concretize têm de estar disponíveis mais do que uma crença e um desejo; serão precisas, nomeadamente, crenças de suporte que tornem essa acção viável. Por exemplo, quando fazemos algo como carregar num interruptor para acender a luz, há um largo conjunto de crenças que dá sentido a essa acção – a crença, por exemplo, de que a casa tem electricidade e que ela está a funcionar, entre outras. O que nós sugerimos é que apesar de tais crenças latentes (de suporte) serem

<sup>9</sup> Na parte final do artigo, procuraremos explicar melhor esta ideia.

<sup>10</sup> Desejo que poderia ser realizado por meio de outras acções como, possivelmente: beber, ler, contemplar, conversar, beijar, ter relações sexuais. É importante entender que são outras acções e que cada uma terá o seu par crença-desejo.

necessárias para que o nosso acto de ligar a luz tenha sentido, não é a elas que a nossa acção se fica a dever. Não é o facto de eu acreditar que existe electricidade que me leva a ligar a luz. Se assim fosse, eu passaria a carregar em todos os interruptores que encontrasse apenas por possuir a crença de que a casa tem electricidade e que ela está a funcionar.

Essa é a pergunta fundamental – o que conduz à acção? E é a ela que pretendemos responder dizendo que só um par crença–desejo despoleta a acção propriamente dita, separando assim o momento da decisão do momento da acção. Nós ficamos a conhecer (ou não) qual a crença e o desejo relevantes para o agente no momento em que este actua, e não no momento em que declara a sua intenção. Isto porque o nosso julgamento é naturalmente carregado de considerações de vária ordem, de carácter moral, por exemplo – frequentemente, nós julgamos como melhor aquilo que é socialmente aceitável ou moralmente tido por correcto, daí que as nossas intenções (declaradas ou não) apontem nesse sentido, mas sem que sempre consideremos que seja esse de facto o caminho mais acertado. Nem sempre aquilo que dizemos ser o melhor a fazer é o que de facto queremos fazer, e mesmo quando nos parece que queremos de facto agir num certo sentido, nem sempre o fazemos necessariamente. E nem por isso podemos ser considerados agentes irracionais.

Tal ideia aparece directamente ligada ao segundo argumento que pretendemos trazer para a discussão – um desejo ou uma crença só poderão ser considerados determinantes se não estiverem ociosos. Podemos pautar-nos por inúmeros desejos ociosos – o desejo de ganhar a prova do nosso atleta, por exemplo – e ter à disposição várias crenças latentes (de suporte), mas que nenhuma relevância desempenham no momento da acção. Isto é, não adianta desejar obter uma boa colocação numa prova e ter a crença de que passando o dia a treinar conseguiremos isso, para que o individuo se decida pelo curso da acção coerente com tal desejo declarado. O individuo revelará no momento da acção o desejo e a crença determinantes, aos quais podemos chamar *desejo revelado e crença revelada*.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Os conceitos de *desejo e crença revelados* não significam que os desejos e crenças foram perfeita e completamente revelados. Esses conceitos determinam a diferença entre: a) os *desejos e as crenças presentes no processo de decisão* (que podem ter sido, ou não, declarados pelo agente); b) a *crença e o desejo na acção* (que só poderíamos conhecer se tivéssemos uma teoria perfeita e completa da acção – que não é o caso); c) a *crença e o desejo revelados* (aqueles aos quais podemos basear-nos para investigar a intenção do

Antes da acção ter lugar, tudo está a um nível teórico-abstracto, um nível em que “tudo” é possível, até crenças opostas/ contraditórias; mas, na acção, o agente contará apenas com uma intenção, ou seja, apenas uma crença e um desejo, caso contrário não ocorrerá um evento intencional e sim um evento involuntário. Estamos aqui a distinguir, portanto, entre intenção prévia e intenção na acção.<sup>12</sup> Sustentamos que a intenção prévia não é determinante para a acção e não é algo que comprometa o curso de acção que escolhemos. Seja qual for a intenção prévia, é a intenção na acção que conta, pois é nesse ponto que as crenças e desejos se revelam.

O que faz, então, com que alguém se decida por um determinado curso de acção? Quais são os elementos relevantes? O facto de legítima e conscientemente acreditarmos que a nossa melhor opção é, por exemplo, treinar, não tem qualquer influência no resultado da nossa acção? Se só a crença e desejo revelados no momento da acção importam, isso significa que muitas das nossas crenças são ociosas, mesmo as que parecem mais evidentes<sup>13</sup>. Defenderemos que as evidências a que o agente pensa ter chegado são relevantes, mas não são suficientes para transformar uma crença (latente) ociosa numa crença na acção. Parece-nos mais plausível imputar desejabilidade às crenças de tal forma que uma crença será a *crença na acção* se for mais desejada do que as outras crenças em jogo. O caso do auto-engano é um exemplo flagrante disto mesmo que acabámos de defender – nesse caso, todas as evidências apontam num determinado sentido, mas o desejo do agente sobrepõe-se de tal forma que tais evidências são pura e simplesmente ignoradas.

Até porque, convém acrescentar, o processo de racionaliza- ção<sup>14</sup>

---

agente, seja ela consciente ou inconsciente).

<sup>12</sup> Cf. Donald Davidson, “Intending”, in *Essays on Actions and Events*, Oxford, Oxford University Press, 1980.

<sup>13</sup> Para muitas pessoas as tais crenças mais evidentes são também crenças “melhores” porque levariam o agente a obter os melhores resultados. Discordamos desta ideia. Isto porque teríamos que definir o que entendemos por “os melhores resultados”. Teríamos que afirmar que existem critérios naturais válidos para avaliar os resultados a partir das crenças e dos desejos de um agente específico. Ora, julgamos isto inadequado e impossível.

<sup>14</sup> Processo através do qual se encontra a razão pela qual o agente leva a cabo uma determinada acção. Cf. Donald Davidson, “Actions, Reasons and Causes”, in *Essays on Actions and Events*, Oxford, Oxford University Press, 1980.

nem sempre é suficiente para que o agente conheça as razões das suas acções. Na sua formulação ideal, pela racionalização davidsoniana o agente é capaz de saber quais são as crenças e desejos que estão na base da sua acção, mas, de facto, nem sempre é esse o caso, na medida em que entram muitas vezes em jogo desejos inconscientes aos quais não temos acesso cognitivo/introspectivo. Esta tese vem apenas reforçar a ideia de que nem sempre os nossos desejos declarados são os nossos desejos mais prementes – estes só se revelam no momento da acção.

#### IV

O que pretendemos demonstrar com este artigo é que não é sustentável acusar um agente real de irracionalidade, apelando para uma possível inconsistência/contradição entre as suas crenças e desejos e a sua acção. Essa possibilidade de contradição existe em termos lógicos, mas não nos parece possível quando o que está em questão é um agente real. Em termos concretos, o que se passa é que, a um dado ponto, outras crenças (mesmo que erradas) e outros desejos (mesmo que imorais ou inadequados) adquiriram maior peso e tornaram-se os propulsores da acção. Quando um agente real (por oposição a uma entidade abstracta, que se regesse por princípios formais inquebrantáveis) vai contra o seu melhor juízo não se pode falar de contradição – o que pode haver é um revelar daquelas que poderiam ser as verdadeiras intenções do agente, ou uma mera mudança de planos. No exacto momento da acção, foi um particular desejo acompanhado por uma particular crença que se revelaram decisivos para o agente. Com efeito, se dois desejos contraditórios estivessem presentes no momento da acção, sem que a vontade do agente pendesse para um dos lados, então este não agiria de todo, ou tomaria uma decisão ao acaso, circunstância na qual não nos poderíamos referir a uma acção intencional e voluntária.

No instante em que eu opto por um curso de acção que não coincide com aquele que foi determinado pelo meu melhor julgamento, eu posso estar a agir em sentido contrário ao que é socialmente aceite, posso estar a ser irresponsável ou a revelar um comportamento imoral, mas não a ser irracional. O facto é que, para que a nossa acção seja considerada racional, não temos que nos pautar por aqueles desejos que, avaliados todos os dados em jogo numa determinada situação, concluímos serem os mais acertados mediante qualquer referência externa, seja ela moral ou não. Até porque podemos estar simplesmente a seguir aquilo que social e contextualmente é tido como o melhor, o

que não tem nada a ver com racionalidade. Ser racional não é seguir normas previamente instituídas, por nós ou pela sociedade – apelando para uma definição mais lata, tudo pode ser racional se tivermos razões para tal, e se agirmos intencionalmente é porque tivemos essas razões. O que é importante sublinhar é que essas razões podem ser várias, mas podem não seguir nenhum princípio de coerência ou de constância, tal como o chamado princípio de continência. Não se pode normatizar/normalizar a acção humana, porque não se pode regularizar o ser humano de uma forma apriorística e infalível.

Talvez isto não nos permita afirmar que as acções são sempre racionais, sejam elas quais forem. Talvez possamos seguir um outro caminho – as acções não seriam nem irracionais nem racionais, pois é uma lógica diferente que rege a racionalidade prática, que não uma lógica bivalente. Ser racional no sentido em que nos temos vindo a referir é inerente ao ser humano. Não que ele tome sempre as decisões consideradas mais acertadas ou que representem o melhor resultado para o próprio ou para outrem, mas porque ele age com base em crenças e desejos muito próprios, específicos, quase que podemos dizer pessoais e intransmissíveis. E nesse sentido nunca poderemos dizer que as suas acções são irracionais – elas seguem uma lógica específica, envolvem uma análise custo-benefício que para o agente se revelou pertinente no momento em que age, dadas as suas particulares vontades e ambições. Mas dizer que uma acção não pode ser irracional, não é igual a afirmar que todas as acções são racionais (no sentido instrumental) – é, antes, sustentar que uma acção racional não pode ser definida à partida, com base em princípios ou normas abstractas, que a racionalidade deve ser considerada a um nível distinto, não como uma característica adjectiva de certas acções, mas como uma propriedade/qualidade substantiva da realidade humana. Analogamente, podemos dizer que a racionalidade é o “sangue” da acção intencional; isto é, da mesma maneira que se não houver sangue não haverá vida, se não houver racionalidade não haverá acção intencional.

Cada indivíduo age de acordo com razões/causas produzidas dentro de um sistema único, específico e pessoal. Isto significa que não conseguimos agir irracionalmente – podemos sim agir imoralmente, podemos produzir o pior resultado e não o melhor (individual ou colectivo), podemos agir ineficazmente, mas sem determinar com isto a irracionalidade na acção.

No entanto, é natural que se observe certa coerência entre acções (razões) ao longo do tempo. Isto ocorre graças: a) à habilidade/

necessidade adaptativa do Homem; b) pela força psicológica da cultura; c) a certos elementos inatos. Por que razão tendemos geralmente a seguir certos desejos ou impulsos, a procurar determinadas coisas em detrimento de outras, e a agir em consonância, manifestando uma certa regularidade nas nossas acções? Ou porque isso se revelou útil no decorrer do nosso processo evolutivo, e/ou porque somos marcados por certos desejos inconscientes que caracterizam a própria espécie em toda a sua extensão, e/ou porque socialmente nos sentimos pressionados a tal. O que quisemos salientar, porém, é que se estes factores não forem suficientes para determinar a nossa acção e dar-lhe essa coerência esperada, não temos, ainda assim, motivos para ser considerados agentes irracionais.

